



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 017/2008

PROCESSO n.º 2283/08

LICITAÇÃO n.º 100/08 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 25/01/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 26 dias do mês de janeiro de 2008, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena n.º 1420 e Rua Goiás n.º 229, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais n.º 13.994, de 18.09.01, n.º 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de n.º 44.786 de 18.04.2008, de n.º 44.787 de 18.04.08, de n.º 44.431, de 29.12.06 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDORES:

Lote 01 – LUMED DISTRIBUIDORA LTDA, com sede na Alameda dos Uapês, n.º 966, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 68.046.796/0001-57, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Paulo Eugênio Vieira Pestilla, residente na Rua Jussara, n.º 127, Bosque da Saúde, São Paulo – SP, portador da Carteira de Identidade n.º 811648 SSP/SP, CPF n.º 010.432.958-01.

Lote 02 – FRIOMINAS MÁQUINAS REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede na Av. Dom Pedro II, n.º 2400, Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.249.095/0001-84, neste ato representada por seu procurador, Sr. Augusto Alves de Oliveira, residente na Rua Samambaia, n.º 108, Bairro Santa Margarida, Ribeirão das Neves - MG, portador da Carteira de Identidade n.º M-8.258.119 SSP/MG, CPF n.º 040.209.196-58.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de Bebedouros Elétricos e Bebedouros Fonte Soft, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 100/2008 – Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

2.1. Os preços registrados poderão ser reajustados, caso haja prorrogação da vigência da Ata, mediante celebração de Termo Aditivo, com base na variação máxima do INPC, ou de outro índice que venha substituí-lo, de acordo com o art. 9º do Decreto Estadual nº 44.787/08.

2.2. Os preços registrados se manterão fixos, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovado mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, admitida a prorrogação por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto estadual nº. 44.787 de 18/04/2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

A

2

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis assinar a Autorização de Compra e atendimento das exigências previstas no Termo de Referência.

5.1 Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

6.1. O licitante vencedor deverá entrar em contato com a COPAT (telefone 31.3462.6335) para confirmar o endereço para entrega dos materiais, que poderá ser: à Av. Dom Pedro II, 2939, Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte/MG, ou à Rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia - Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados, de acordo com a especificação técnica.

b) quantidades dos impressos em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho e de acordo com a prova gráfica aprovada.

c) no prazo, local e horário de entrega, previstos neste Edital.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;

b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital e prova gráfica aprovada.

7.2 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3 Caso insatisfatório as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os equipamentos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os materiais devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras que julgavam necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos equipamentos, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário – COPAT acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

10.2. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento, comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;

- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário do Judiciário Eletrônico, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pelo atraso na inexecução total ou parcial no cumprimento do objeto, recusa em firmar o contrato ou assinar documento equivalente, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a

não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, reincidência das hipóteses previstas na alínea b.1 ou no caso do contratado não prestar, renovar ou reforçar a garantia contratual, quando houver.

B.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº. 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº. 44.515/07).

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.


DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, **26** de **janeiro** de 2008.

Pelo Tribunal:


Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente

Pelos Fornecedores:

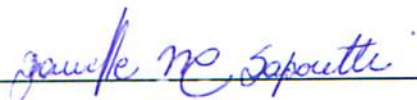

Paulo Eugênio Vieira Pestila
LUMED DISTRIBUIDORA LTDA


Augusto Alves de Oliveira

FRIOMINAS MÁQUINAS REPRESENTAÇÕES LTDA

Testemunhas:


T006196-0


63180

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO
QUANTITATIVO, PREÇOS E FORNECEDORES

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 017/08)

ITEM	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO	UN	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	FORNECEDOR
1	120	Un.	<p>BEBEDOURO ELÉTRICO</p> <p>Gabinete - Em chapa de aço inox 430, espessura 0,65mm escovado. Montagem através de parafusos. Dimensões mínimas 950mm X 310mm X 300mm (altura X largura X profundidade). Bacia / Tampa - Em chapa de aço inox 304, espessura 0,60mm estampada com relevos para evitar respingos de água. Montagem através de parafusos.</p> <p>Torneiras - Jato e enchedor de copos de alavanca com regulagem de fluxo de água, confeccionados em latão cromado. Capacidade do Bebedouro - Atendimento de até 80 pessoas por hora. Reservatório de Água- Corpo em chapa de aço inox 304, espessura 0,80mm, dotado de serpentina de cobre externa, isolado termicamente com isopor, capacidade de 4 litros aproximadamente. Termostato - Blindado para manter a água entre 6°C e 10°C. Filtro de Água - Filtro industrial interno com elemento em polipropileno poroso e carvão ativado tripla filtragem. Corpo em PVC desmontável para reposição do refil, cartucho filtrante em polipropileno (PP), processo Melt Blown ou produzido com resinas altamente resistentes e atóxicas. Capacidade mínima de filtragem de 180 litros/hora, dotado de dispositivo de depressurização, para facilitar reposição do elemento filtrante. Condensação do Sistema de Refrigeração -Por ventilação forçada. Ventilador com proteção de impedância e baixo nível de ruído. Filtro de Gás - Com molecular siever XH9. Turbo Capilar - Para controle do fluxo de gás, em cobre, testado e calibrado individualmente. Compressor - Hermético, alto ganho de kcal/h, com baixo consumo de energia elétrica com 1/8 hp (nominal) Tensão 127V 60Hz grau de proteção IPXO. Condição de uso interno: gás refrigerante suva R-134 a ecológico, cabo de ligação PP com dupla proteção. Ligações de Água - Entrada Ø ½" NPS (19mm), posicionada do lado direito a 940mm do piso. - Saída Ø 3/4" NPS (25mm), posicionada do lado esquerdo a 910mm do piso. Distância entre os tubos: 210mm. Garantia - Mínima de 12 meses. Embalagem - O aparelho deverá ser fornecido completo, embalado individualmente, com todos os itens e acessórios necessários a seu funcionamento, além de manual de utilização.</p>	Pologel	491,66	Lumed Distribuidora Ltda.

ITEM	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO	UN	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	FORNECEDOR
2	120	Un.	BEBEDOURO FONTE SOFT Gabinete - Em chapa de aço carbono galvanizado com pintura em poliéster branca, alto brilho; ou em polipropileno branco, plástico PSAI, alto brilho, com proteção UV. Dimensões Aproximadas – Altura: 400 mm, Largura: 300mm, Profundidade: 360mm (incluindo o compartimento para o copo), 310mm (sem incluir o compartimento para o copo) . Peso Líquido (aproximado): 13,5 kg. Capacidade de Armazenamento de Água: 02 a 03 litros. Capacidade de Refrigeração: 02 a 03 litros ou 15 pessoas por hora com ambiente a 32°C e água a 27°C. Temperatura da água: temperatura média de saída de água gelada: 8°C. Pressão máxima para uso 4 kg/cm². Tensão: 127 Volts consumo: 110 Wats. Filtro de água: Filtro de água dupla filtração com cartuchos filtrantes, em polipropileno (PP), processo melt blown e com carvão ativado granulado, impregnado com prata coloidal, o qual inibe a proliferação de microorganismos no seu interior. Retenção de impurezas superiores a 5 micras com redução de cloro, gostos e odores estranhos de água. Condensação do Sistema de refrigeração: Por convecção natural. Filtro de gás: Com molecular Siever XH9. Gás Refrigerante: R-134 (Grau de proteção IPXO. Torneiras: Uma para saída de água gelada e outra para a saída de água natural. Reservatório: Corpo em aço inoxidável 304, 0,80mm, serpentina de cobre externa, isolado termicamente com isopor. Garantia: Mínima de 12 meses. Embalagem: O aparelho deverá ser fornecido completo, embalado individualmente, com todos os itens e acessórios necessários a seu funcionamento, além de manual de utilização.	IBBL FR 600	450,83	FRIMINAS MÁQUINAS REPRESENTAÇÕES LTDA.

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Des. Sérgio Antônio de Resende
Presidente

Des. Cláudio Costa
1º Vice-Presidente

Des. Reynaldo Ximenes Carneiro
2º Vice-Presidente

Des. Jarbas Ladeira
3º Vice-Presidente

Des. Célio César Paduani
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Alvim Soares
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO II - BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2009 - Nº 15

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de criptografia eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À
DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

MAGISTRATURA

Deferindo a inscrição à remoção de outra comarca do Juiz de Direito Otávio Pinheiro da Silva, da 1ª Vara Cível de Ipatinga para a 24ª Vara Cível de Belo Horizonte, ficando retificada a publicação de 23.01.09.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Marcelo Pereira da Silva, da 1ª Vara Cível de Coronel Fabriciano, para responder pela Vara da Fazenda Pública e de Precatórias Cíveis e Criminais da mesma comarca, a partir de 23.1.09 até o provimento.

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Paulo Roberto Caixeta, da 1ª Vara de Congonhas, para responder pela comarca de Belo Vale, a partir de 2.2.2009 até o provimento.

Dispensando, o Juiz de Direito Francisco Eclache Filho, da 2ª Vara de Congonhas, de responder pela comarca de Belo Vale, a partir de 2.2.09.

1ª INSTÂNCIA

Deferindo permuta entre as servidoras:

Corina Karine de Souza Romagnoli, PJIPI 23219-9, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Viçosa para a comarca de Ponte Nova e Kyvia Tassi Stopa, PJIPI 21149-0, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Ponte Nova para a comarca de Viçosa.

Aposentando, a partir de 13.10.2008, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº 47, publicada em 06.07.2005, a servidora Maria Madalena da Costa, PJIPI 10660-9, no cargo de Agente Judiciário, Classe E, código JPI-EF-PG, PJ-30, da comarca de Araxá, de Segunda Entrância.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva em exercício:
Adriana Lage de Faria Navarro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 017/08

TJMG X LUMED DISTRIBUIDORA LTDA X
FRIOMINAS MÁQUINAS REPRESENTAÇÕES
LTDA

Processo: 2283/2008

Licitação: 100/2008

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de bebedouros elétricos e bebedouros Fonte Soft.

Item 1: Lumed Distribuidora Ltda -
Bebedouro Elétrico

Quantidade Registrada: 120 unid

Valor Unit: R\$491,66 (quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos).

Item 2: Friomina Máquinas Representações Ltda -
Bebedouro Fonte Soft

Quantidade Registrada: 120 unid

Valor Unit: R\$450,83 (quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva
23.01.2009

Contratos – Extratos

A DDTIZA Ltda - Ct. 011/2009 de 22.01.2009. - Objeto: Prestação de serviços de desinsetização e desratização para atendimento aos prédios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais localizados na Capital. - Vigência: 22.01.2009 a 22.01.2010. - Valor do Ct: R\$ 12.900,00 – Dotação Orçamentária nº: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.32 – Locação de Serviços Técnicos e Especializados.

Lava e Seque Ltda - Ct. 007/2009 de 22.01.2009. - Objeto: Prestação de serviços de manutenção e lavagem de persianas, instaladas em diversos prédios do Tribunal localizados em Belo Horizonte/MG. - Vigência: 22.01.2009 a 22.01.2010. - Valor do Ct: R\$ 24.900,00. – Dotação Orçamentária nº: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.32 – Locação de Serviços Técnicos e Especializados.

Evidence Decorações Ltda - ME - Ct. 009/2009 de 22.01.2009. - Objeto: Fornecimento e instalação de persianas verticais no Fórum da Comarca de Patrocínio/MG - Vigência: 22.01.2009 a 22.09.2010. - Valor do Ct: R\$ 11.987,84. – Dotação Orçamentária nº: 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.99 – Outros Materiais Permanentes.

Digitus Comércio e Serviços de Eletrônica Ltda - Ct. 006/2009 de 22.01.2009. - Objeto: Prestação de serviços de manutenção técnica em 500 Terminais de Consulta Processual de Auto Atendimento – TECAP, do fabricante Seva Engenharia. - Vigência: 22.01.2009 a 22.01.2010. - Valor do Ct: R\$ 65.100,00. – Dotação Orçamentária nº: 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 – Serviços de Informática.

CEMIG Distribuição S/A - Ct. 443/2008 de 05.12.2008. - Objeto: Fornecimento de energia elétrica, para uso do Fórum da Comarca de Ipatinga/ MG - Vigência: 05.12.2008 a 05.12.2013. - Valor do Ct: Tarifa mensal conforme demanda.

Convênio (Extrato)

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES -Cv. 277/2008 de 12.01.2009. Objeto: Mútua cooperação entre as partes convenientes para realização do curso de especialização em poder judiciário, em nível de Pós Graduação Lato Sensu, bem como de outros cursos de aperfeiçoamento e atualização, direcionados a magistrados, servidores do Poder Judiciário e bacharéis em Direito - Vigência: 12.01.2009 a 12.01.2012. – Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Banco Cruzeiro do Sul S/A – Cv. 006/2009 de